



INFORME

TJCE

BOLETIM INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ ANO 01 - EDIÇÃO 11 - 06 DE AGOSTO DE 2007

Destaques

Corregedoria da Justiça promove enquetes com internautas - Os visitantes do site da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará podem participar de enquetes sobre assuntos variados.

Dos 671 internautas que responderam a pergunta "A conciliação é a melhor forma de tornar mais ágil a solução de conflitos?", 87,33% disseram que sim, enquanto 11,32%, afirmaram não acreditar que a conciliação agilizará a solução de conflitos. Cerca de 1,34% não soube responder.

A Corregedoria já está com uma nova pesquisa, agora sobre tema muito discutido no Brasil: "A redução da maioria diminuiria a violência no Brasil?".

Mais informações:

www.tj.ce.gov.br/corregedoria.

Novas regras para contratação de estagiários - Os estudantes serão selecionados nas instituições de ensino superior conveniadas com o Tribunal de Justiça, conforme previsto na Resolução nº 10, publicada no Diário da Justiça do último dia 24 de julho.

O processo seletivo deve ser de ampla divulgação em edital público, assegurando o princípio da isonomia entre os concorrentes e observando as regras anti-nepotismo estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os requisitos para o recrutamento dos estudantes são: obtenção de média geral igual ou superior a 7, sem registro de reprovações; mínimo de 50% de créditos; e matrícula em período que não corresponda ao penúltimo ou ao último semestre letivo.

As atividades dos estagiários serão desempenhadas nas diversas unidades, inclusive nas comarcas do interior, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, em horário a ser definido pelo dirigente da unidade de lotação. O Tribunal pode, caso assim entenda, fazer adicionalmente a sua própria seleção dentre os nomes encaminhados, bem como instituir processo seletivo externo.

Mutirão é sucesso no TJ

Cerca de 10 mil processos do Poder Judiciário foram redistribuídos em apenas 20 dias. O feito foi possível graças ao esforço concentrado de onze funcionários terceirizados do Tribunal de Justiça, que concluíram, no dia 18 de julho, um mutirão de trabalho criado para redistribuir os processos.

A iniciativa partiu da Secretária Judiciária do Tribunal, Chrystianne dos Santos Sobral, com o apoio das gestoras Ana Cristina Sales Carneiro Macêdo, do Setor de Distribuição e Cleidimir Magalhães, do Departamento Cível. O objetivo foi promover a redistribuição dos processos para os julgadores da 1ª, 3ª e 4ª Câmara Cível, em virtude da posse dos desembargadores Raul Araújo e Sales Neto (ambos da 1ª Câmara Cível), além das remoções dos desembargadores José Arísio Lopes da Costa, José Mário dos Martins Coelho, Maria Iracema do Vale Holanda e Lúcia Maria do Nascimento Fiúza Bitu, que passam a integrar as turmas de julgadores da 3ª, 1ª, 4ª Câmara Cível e 2ª Câmara Criminal, respectivamente.

"O trabalho superou as expectativas. Realmente foi muito produtivo", avaliou a Secretária Judiciária, que já estuda a possibilidade de realizar o mutirão em outros setores do TJCE. Ela também destacou o total apoio da Presidência do Tribunal, que proporcionou condições necessárias para a



Mutirão recebe visita de desembargadores

execução do trabalho. O Departamento de Informática, por exemplo, desenvolveu

um programa que permite a redistribuição de ações em grandes quantidades. Outro aspecto positivo é que o mutirão foi realizado em local e horário diferenciado, das 9 às 12 horas, não comprometendo a produção do Setor de Distribuição.

O presidente do TJ, Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, destacou a iniciativa, declarando-se muito feliz e estimulado com o trabalho voluntário dos terceirizados. Para ele, o resultado obtido demonstra que estes funcionários compreenderam que o verdadeiro papel do servidor público é servir à coletividade e atender com presteza ao jurisdicionado.

Direção do Poder Judiciário vai ao Cariri

O Tribunal de Justiça inicia, no próximo dia 20 de agosto, na região do Cariri, a segunda fase de Correições e Inspeções do Poder Judiciário cearense. A abertura dos trabalhos será feita pelo presidente do TJCE, desembargador Fernando Luiz Ximenes

Rocha e pelo Corregedor Geral da Justiça do Estado, desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro. A solenidade também contará com as presenças dos desembargadores Ernani Barreira, presidente da 1ª Câmara Cível, e Rômulo Moreira de Deus, vice-presidente do Tribunal e diretor do Fórum Clóvis Beviláqua.

Na ocasião, o desembargador Fernando Ximenes terá um encontro com vinte magistrados daquela região, quando serão discutidos assuntos relacionados ao Judiciário, além da implantação do Juizado Especial de Combate à Violência contra a Mulher, em Juazeiro do Norte. Um segundo Juizado também funcionará em Fortaleza.

Coordenados pelo Fórum Cearense de Mulheres, os grupos femininos e de Direitos Humanos, ajudarão a definir os locais adequados para os novos equipamentos do Poder Judiciário. A idéia é que as unidades sejam implantadas próximas a órgãos já existentes e que tratam da defesa da mulher.



Desembargadores Rômulo Moreira, Fernando Ximenes e José Cláudio

Seminário discute resolução de conflitos

O Fórum Clóvis Beviláqua realiza, no dia 10 de agosto, de 9 às 17:30 h, na Escola Superior da Magistratura do Ceará (ESMEC), o I Seminário sobre Conciliação e Mediação.

Coordenado pela Central de Conciliação e Centro de Treinamento do Fórum, o encontro visa debater os novos métodos e técnicas para a resolução de conflitos, bem como despertar o interesse dos operadores do Direito quanto a importância da Conciliação como instrumento de promoção da Justiça.

O evento tem como público alvo Juizes, Conciliadores e Auxiliares de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital e Interior, além dos magistrados e diretores que

atuam nas Varas Cíveis e de Família.

O desembargador Rômulo Moreira de Deus, diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, abre a programação do seminário, que terá 5 palestras: "O Papel do Conciliador", a ser proferida pelo desembargador José Eduardo Machado de Almeida; "Fortalecendo o Equilíbrio Emocional da Mediação", pelo Coordenador do Telejustiça, Nelson Ricardo de Moraes Nogueira; "O Juizado e a Comunidade", pela juíza Maria das Graças Almeida de Quental; e "Técnicas Autocompositivas", pela juíza Helga Medved.

Durante a conferência, haverá a apresentação de uma sessão de Conciliação e o lançamento do livro "O

Papel do Conciliador", de autoria do desembargador Edgar Carlos de Amorim. Mais informações na Central de Conciliação e Centro de Treinamento do Fórum Clóvis Beviláqua. Tel: (85) 3488.6874/6854.

Referência

No ano passado, o Ceará alcançou o 1º lugar no Dia Nacional da Conciliação (08/12), ao realizar mais de 10 mil audiências em um só dia.

Para reforçar essa prática, a Central de Conciliação do Fórum Clóvis Beviláqua implementou, através do Núcleo de Psicologia, o Serviço de Mediação nos processos de Separação Litigiosa nas Varas de Família.

Justiça Virtual apresenta resultados



Processo virtual já é uma realidade no 17º Unidade do Juizado Especial

O desembargador Rômulo Moreira de Deus, vice-presidente do TJ e diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, comemora os resultados: "Uma justiça informatizada acelera a tramitação dos processos e economiza tempo". Já o presidente do TJ, desembargador Fernando Ximenes, informa que pretende avançar com o projeto em outros juizados, na Capital e no Interior, bem como na 2ª Instância.

Como funciona

Procedimentos como instauração de processos, definição de datas para as audiências, tramitação de ofícios, entre outros, são feitos eletronicamente, via Internet. Os advogados e as partes, devidamente cadastrados no Juizado, recebem uma senha de acesso, com a qual acompanham o processo, a partir de qualquer computador ligado à Internet.

Uma vez encaminhadas as petições, o próprio sistema designa a data da audiência e o documento relativo aos expedientes é processado. Para as partes cadastradas, as intimações são feitas eletronicamente.

O Processo Judicial Digital - Projudi, já apresenta os primeiros resultados no 17º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza, onde foi instalado em julho.

Segundo a juíza Maria das Graças Almeida de Quental, titular do Juizado, o Processo Virtual é um sucesso. Até o dia 1º de agosto, setenta e duas ações foram recebidas através do novo sistema. Em 90% dos casos, a parte reclamada já está citada para audiência. De acordo com a juíza, o procedimento eletrônico tem possibilitado maior rapidez, também, na tramitação de ações em papel, uma vez que os servidores dispõem de mais tempo para se dedicar aos antigos processos.

TJ julga mais de 8 mil processos

Os 10 Órgãos Julgadores do TJCE apresentaram uma produção de 8.122 julgamentos no primeiro semestre de 2007. Desse total, 4.627 foram decisões colegiadas e 3.495 monocráticas, o que representa um aumento de 2.537 processos julgados, se comparadas ao mesmo período do ano passado, que registrou 5.585 julgamentos.

No 1º semestre deste ano, o Tribunal Pleno registrou o julgamento de 518 processos. As Câmaras Cíveis Reunidas registram o julgamento de 18 ações, enquanto as Câmaras Criminais Reunidas apresentaram uma produção de 31 atos julgados. O Conselho da Magistratura julgou 66 processos.

As quatro Câmaras Cíveis registraram os seguintes quantitativos de processos julgados: 607 na 1ª, mais 658 decisões monocráticas; 829 na 2ª e mais 484 decisões monocráticas; 533 na 3ª, além de 1.321 decisões monocráticas; e 390 na 4ª Câmara, somando mais 1.032 decisões monocráticas. A 1ª e a 2ª Câmaras Criminais julgaram, respectivamente, no primeiro semestre deste ano, 1.015 e 620 processos.

Os dados são do Serviço de Estatística do Departamento de Serviços Judiciais Auxiliares de Apoio.

Magistrados promovidos

O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou no dia 02 de agosto, pelo critério de merecimento, as promoções dos magistrados Irandes Bastos Sales, da Comarca de Várzea Alegre e Cândida Maria Torres de Melo Bezerra, da Comarca de Itapipoca, ambos para o cargo de Juiz Auxiliar da Comarca de Fortaleza.

As promoções ocorreram em decorrência das remoções dos juizes Afonso Benedito Hélder e Carlos Henrique Garcia de

Oliveira, que foram, respectivamente, para a 16ª Vara Cível e 2ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Maraponga.

Três juizes concorreram às duas vagas, quando foram avaliados pelos desembargadores em votação aberta e fundamentada, levando-se em consideração critérios como produtividade (número de despachos, sentenças e audiências), cursos de pós-graduação concluídos, conduta social e funcional.

Expediente:

Assessorias de Comunicação

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tel.: 3216.25.12 / 2847 / 2531
Email: imprensa@tj.ce.gov.br

Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará
Tel.: 3216.2860
Email: imprensacgj@tj.ce.gov.br

Fórum Clóvis Beviláqua
Tel.: 3488.7156 / 6930
Email: imprensafcb@tj.ce.gov.br